

Partidos Pré-candidato do PSDB diz que governo receia que medida seja confundida com racionamento

Aécio defende redução voluntária de consumo

Daniel Rittner
De Brasília

O senador Aécio Neves (MG), pré-candidato do PSDB à Presidência da República, defendeu ontem o lançamento imediato de uma campanha nacional para a redução voluntária do consumo de eletricidade. Para o presidencialista tucano, essa seria a melhor forma de minimizar os riscos de um racionamento de energia nos próximos meses, diante do esvaziamento dos reservatórios. Ele acusou o governo Dilma Rousseff de "postergar decisões" no setor e disse que "não é justificável" o adiamento de medidas para conter o uso de energia.

Aécio sugeriu uma campanha com "bônus tarifário" aos consu-

midores de energia, a exemplo da prática adotada pela estatal paulista Sabesp, que tem dado descontos de 30% nas contas de quem reduz em pelo menos 20% o consumo de água do Sistema Cantareira. "É preciso estimular o uso racional de energia. O receio é que isso seja confundido com racionamento. Infelizmente, a agenda eleitoral prevalece, mas quem vai pagar o preço é a população", afirmou o tucano ao Valor, em rápida entrevista após a abertura de um seminário do Instituto Teotônio Vilela, ligado ao partido, para debater a crise energética brasileira.

O senador atacou o "intervencionismo absurdo" do governo Dilma na economia e disse que "talvez o setor elétrico seja onde isso se retrata de forma mais cla-

ra". Outro ponto duramente criticado foi o "aparelhamento" e o "sucateamento" das agências reguladoras. Por isso, segundo ele, um dos primeiros desafios do novo governo em 2015 será restabelecer a confiança dos investidores.

O seminário reuniu especialistas como o economista Adriano Pires e a advogada Elena Landau, que têm colaborado informalmente com o PSDB no desenho de um programa de governo para a área energética, além do presidente do instituto, Luiz Paulo Vellozo Lucas. Executivos do setor, como Paulo Pedrosa (Abrace) e Cláudio Sales (Instituto Acende Brasil), também participaram das discussões. O próprio Aécio, ao fazer um discurso de menos de dez minutos na abertu-

ra do seminário, deixou claro que o debate serviria de base para a elaboração do programa de governo do PSDB nas eleições presidenciais de outubro.

Adriano Pires, hoje à frente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), apresentou algumas ideias que podem tomar corpo no programa tucano. Ele afirmou que a Petrobras não deve ser um instrumento da política econômica e industrial do governo. Por isso, precisa de um "redimensionamento", com medidas como a abertura de capital de suas subsidiárias — como a BR Distribuidora. Defendeu leilões anuais de petróleo e gás nas áreas do pré-sal, do pós-sal e também de blocos em terra. E foi taxativo na defesa da retirada da exigência de que a

Petrobras seja operadora única, com pelo menos 30% dos consórcios, na exploração do pré-sal.

Quanto ao setor elétrico, Pires chamou atenção para a impossibilidade de continuar bancando tarifas mais baixas por meio de subsídios do Tesouro Nacional e lamentou o encolhimento da Eletrobras, que valia R\$ 20,6 bilhões no mercado em junho de 2012 e hoje é avaliada em R\$ 7,8 bilhões. "O valor de mercado da maior geradora do país é equivalente hoje, com todo o respeito, ao das Lojas Renner ou da Localiza", disse o economista, com uma tabela comparativa entre várias empresas de capital aberto.

Elena Landau ressaltou o risco de falta de energia para administrar "picos de demanda" e afir-

mou que a postura das autoridades no setor elétrico, ao apostar nas chuvas para recompor os níveis historicamente baixos dos reservatórios, remete a um "cassino". "Temos uma herança maldita, com um impacto fiscal sem precedentes, e a principal tarefa do novo governo vai ser a recuperação da confiança da sociedade e dos investidores nas instituições."

Um dos pontos destacados por Elena foi a necessidade de reabrir discussões sobre reservatórios em novas hidrelétricas. Para viabilizar usinas na região amazônica, como Belo Monte e o complexo do rio Madeira, a saída encontrada nos últimos anos tem sido reduzir drasticamente as áreas alagadas para obter mais facilmente licenças ambientais.

O senador Aécio Neves (MG), pré-candidato do PSDB à Presidência da República, defendeu ontem o lançamento imediato de uma campanha nacional para a redução voluntária do consumo de eletricidade. Para o presidencialista tucano, essa seria a melhor forma de minimizar os riscos de um racionamento de energia nos próximos meses, diante do esvaziamento dos reservatórios. Ele acusou o governo Dilma Rousseff de "postergar decisões" no setor e disse que "não é justificável" o adiamento de medidas para conter o uso de energia.

Aécio sugeriu uma campanha com "bônus tarifário" aos consumidores de energia, a exemplo da prática adotada pela estatal paulista Sabesp, que tem dado descontos de 30% nas contas de quem reduz em pelo menos 20% o consumo de água do Sistema Cantareira. "É preciso estimular o uso racional de energia. O receio é que isso seja confundido com racionamento. Infelizmente, a agenda eleitoral prevalece, mas quem vai pagar o preço é a população", afirmou o tucano ao Valor, em rápida entrevista após a abertura de um seminário do Instituto Teotônio Vilela, ligado ao partido, para debater a crise energética brasileira.

O senador atacou o "intervencionismo absurdo" do governo Dilma na economia e disse que "talvez o setor elétrico seja onde isso se retrata de forma mais clara". Outro ponto duramente criticado foi o "aparelhamento" e o "sucateamento" das agências reguladoras. Por isso, segundo ele, um dos primeiros desafios do novo governo em 2015 será restabelecer a confiança dos investidores.

O seminário reuniu especialistas como o economista Adriano Pires e a advogada Elena Landau, que têm colaborado informalmente com o PSDB no desenho de um programa de governo para a área energética, além do presidente do instituto, Luiz Paulo Vellozo Lucas. Executivos do setor, como Paulo Pedrosa (Abrace) e **Cláudio Sales (Instituto Acende Brasil)**, também participaram das discussões. O próprio Aécio, ao fazer um discurso de menos de dez minutos na abertura do seminário, deixou claro que o debate serviria de base para a elaboração do programa de governo do PSDB nas eleições presidenciais de outubro.

Adriano Pires, hoje à frente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), apresentou algumas ideias que podem tomar corpo no programa tucano. Ele afirmou que a Petrobras não deve ser um instrumento da política econômica e industrial do governo. Por isso, precisa de um "redimensionamento", com medidas como a abertura de capital de suas subsidiárias - como a BR Distribuidora. Defendeu leilões anuais de petróleo e gás nas áreas do pré-sal, do pós-sal e também de blocos em terra. E foi taxativo na defesa da retirada da exigência de que a Petrobras seja operadora única, com pelo menos 30% dos consórcios, na exploração do pré-sal.

Quanto ao setor elétrico, Pires chamou atenção para a impossibilidade de continuar bancando tarifas mais baixas por meio de subsídios do Tesouro Nacional e lamentou o encolhimento da Eletrobras, que valia R\$ 20,6 bilhões no mercado em junho de 2012 e hoje é avaliada em R\$ 7,8 bilhões. "O valor de mercado da maior geradora do país é equivalente hoje, com todo o respeito, ao das Lojas Renner ou da Localiza", disse o economista, com uma tabela comparativa entre várias empresas de capital aberto.

Elena Landau ressaltou o risco de falta de energia para administrar "picos de demanda" e afirmou que a postura das autoridades no setor elétrico, ao apostar nas chuvas para recompor os níveis historicamente baixos dos reservatórios, remete a um "cassino". "Temos uma herança maldita, com um impacto fiscal sem precedentes, e a principal tarefa do novo governo vai ser a recuperação da confiança da sociedade e dos investidores nas instituições."

Um dos pontos destacados por Elena foi a necessidade de reabrir discussões sobre reservatórios em novas hidrelétricas. Para viabilizar usinas na região amazônica, como Belo Monte e o complexo do rio Madeira, a saída encontrada nos últimos anos tem sido reduzir drasticamente as áreas alagadas para obter mais facilmente licenças ambientais.